



Plano de Ação para a Economia Circular Parecer da CEP - Circular Economy Portugal

A Circular Economy Portugal saúda este Plano de Ação para a Economia Circular. Os Estados têm um papel fundamental a desempenhar na transição, pois dispõem de ferramentas reguladoras, institucionais e financeiras que permitem orientar o mercado e as práticas sociais. Este plano indica uma série de caminhos para a operacionalização dessas ferramentas, tendo por isso a nossos olhos grande valor.

1) Papel de exemplaridade do Governo

Precisamente por dispor dos meios para criar, dentro dos seus limites, um quadro favorável ao florescimento da economia circular, o Estado tem, cremos, a responsabilidade de dar o exemplo. Incentivamos o Estado a assumir compromissos de implementação de práticas circulares no seu funcionamento e nas instituições que tutela. Tanto o valor de exemplo como o impacto gerado podem ser muito altos: e se as escolas públicas passassem a usar pelo menos 50% de papel reciclado, ou introduzissem medidas de reaproveitamento de água? E se as instituições públicas lançassem projetos-piloto na área da servitização, experimentando adquirir serviços em vez de produtos e impulsionando assim novos modelos de negócio circulares?

A figura das compras públicas ecológicas, que neste plano merece toda uma agenda, é certamente um importante eixo de ação (basta pensar nas obras públicas, dado o impacto ambiental do sector da construção), mas existem outras estratégias para além da compra, como por exemplo medidas voluntárias de redução do uso de certos recursos.

2) Operacionalização do plano

As várias ações detalhadas neste plano referenciam documentos de enquadramento e legislação relevante. No entanto, não dão conta dos resultados desses quadros e legislação na prática. Seria importante alicerçar este plano nos sucessos e fracassos das medidas existentes (são ou não executadas? quais os impactos?), para aprender as devidas lições e colmatar falhas.

No âmbito da Ação #2, parece-nos pertinente sugerir a criação de um *Fair Finance Guide* (guia da finança justa) para Portugal, à semelhança do que já existe [noutros países](#),

disponibilizando assim aos cidadãos uma ferramenta importante para a avaliação da ética e sustentabilidade das instituições financeiras nacionais.

Sugerimos ainda uma reflexão sobre a oportunidade de, a par dos incentivos fiscais às boas práticas, desenvolver formas de medir as externalidades negativas das atividades económicas e de, através de mecanismos fiscais, levar as empresas e integrar esses custos nos respetivos balanços.

Apoiamos a implementação de uma fiscalidade verde ambiciosa que tenha como objetivos recompensar as entidades que limitem o seu impacto ambiental, penalizar as entidades mais poluentes e incentivar a multiplicação de ações virtuosas. É urgente, por exemplo, a aplicação de taxas mais elevadas à incineração e aterro, por forma a orientar claramente os atores do setor para soluções circulares.

Avançamos uma comparação com as medidas implementadas no setor alimentar francês: em França, as empresas do sector alimentar podem deduzir 33% do valor dos seus desperdícios do montante dos seus impostos sobre o rendimento, no limite de 0,5% do volume de negócios. No entanto, esta dedução chega a 60% quando os produtos alimentares são doados em vez de descartados, o que equivale a um diferencial de 27%. Em Portugal, já existe um incentivo fiscal semelhante mas o seu carácter modesto limita o seu impacto: doar um produto em vez de o deitar fora representa uma redução de impostos adicional de só 11% (passando de 24% a 35%), versus 27% no caso francês. Além disso, o limite da dedução total autorizada é relativamente baixo, o que não é adaptado às grandes empresas.

Na Ação #5 “Nova Vida aos Resíduos” notámos a ausência de uma estratégia para os resíduos orgânicos. A obrigatoriedade (progressiva) da recolha seletiva de orgânicos, incluindo domésticos, deveria ser estabelecida, a par de uma aposta clara na compostagem como destino. Em geral, incentivamos a elaboração de uma estratégia detalhada para a promoção da bioeconomia, que vai de par com a economia circular.

Alertamos para a importância de assegurar estabilidade e continuidade ao quadro regulador que este plano irá estabelecer. Para os atores económicos, nomeadamente as empresas, a adaptação à mudança, a adoção de novas práticas e a mobilização de investimento são mais fáceis se feitos num clima de confiança na estabilidade dos quadros apresentados.

3) Metas e Avaliações: importância do estabelecimento de objetivos quantitativos, monitorização do processo e iteração

Este plano detalha uma série de ações pertinentes a executar. No entanto, essas ações não são acompanhadas de metas claras que indiquem para onde se quer caminhar e permitam perceber a que ritmo se está a avançar. Essas metas devem incidir sobre os impactos das ações e não sobre a dimensão das ações em si, ou dito de outro modo, a obrigação de resultados deve substituir-se à obrigação de meios. Definir o número desejável de parcerias com municípios ou os montantes a investir em projetos de economia circular não chega. É importante escolher indicadores que permitam revelar os resultados reais dessas medidas, e definir os resultados ambicionados. Na agenda setorial dedicada à construção, por exemplo, seria desejável incluir indicadores como a percentagem de materiais reciclados na

totalidade dos materiais de construção utilizados; e a percentagem de resíduos de construção e demolição que é efetivamente reutilizada ou reciclada.

Ainda na questão da medição de resultados, parece-nos pertinente recomendar a utilização por parte do Governo Português de indicadores macro-económicos alternativos ao PIB. Não o fazer é não ser coerente com as premissas de base da economia circular. O PIB processa os inputs financeiros de uma economia, mas a riqueza produzida durante um certo período de tempo é diferente da riqueza disponível nesse mesmo período e do usufruto que a totalidade dos agentes dessa economia dela pode fazer; esse input de riqueza é também diferente da riqueza disponível no futuro. Do [Better Life Index](#) da OCDE ao [Happy Planet Index](#) do New Economic Forum, as experiências com medidas alternativas abundam.

4) O papel dos atores culturais e da inovação social

A transição para uma economia circular, a fazer-se, será acompanhada de profundas mudanças culturais e sociais, e por elas potenciada. Os atores culturais (pensemos nos media) participarão no grau de sucesso ou fracasso dessa transição. Um desafio associado a este Plano de Ação é o de fazer da cultura (de massas) uma aliada e conseguir transferir o racional da economia circular do nicho em que se encontra para o mainstream. Incentivamos a uma reflexão sobre as estratégias e parceiros que possam estar à altura deste desafio.

Creemos ainda que o Estado deverá estar atento à sociedade civil e aos ecoempreendedores, fontes de inovações sociais que é preciso ajudar e potenciar. Por exemplo, iniciativas como a [Fruta Feia](#), a [Zero Desperdício](#) ou a [Refood](#) estão a contribuir significativamente para a eficiência dos recursos e para o aprofundamento da cultura ambiental do país. Movimentos internacionais como o [Transition Towns](#) ou o [Zero Waste Lifestyle \(Bea Johnson\)](#) são motores da transição (potenciados pela emergência das plataformas digitais) porque operam mudanças de atitudes e comportamentos. O trabalho de monitorização e apoio à inovação social constitui uma alavanca fundamental.

5) Economia Circular e justiça social: oportunidade de mudança e sinergias a explorar

A visão para o Portugal de 2050 enunciada na página 24 é bela e ambiciosa. Achamos particularmente importante a ligação ali explicitada entre desenvolvimento sustentável e inclusão social. No nosso entender, o modelo proposto pela Economia Circular oferece às sociedades humanas a oportunidade de corrigir as desigualdades sociais que o modelo capitalista tende a acentuar. A Economia Circular não é apenas uma maneira de resolver os problemas atuais e futuros de escassez, risco e poluição, assegurando a continuidade do status quo; trata-se, na sua promessa mais profunda, de uma conceção radicalmente diferente de prosperidade, alicerçada no usufruto de todos e não na acumulação de capital de alguns.

Neste sentido, notámos a ausência do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do grupo de entidades a envolver nas diferentes ações. Cremos que há sinergias a procurar nas áreas da inclusão laboral e da solidariedade, com atores do Estado e do terceiro setor (ex: [RESIT](#) – Rede de Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho).